

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

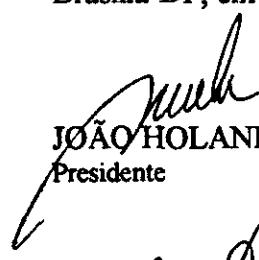
PROCESSO N° : 13805-004832/94-81  
SESSÃO DE : 29 de janeiro de 1997  
ACÓRDÃO N° : 303-28.558  
RECURSO N° : 117.474  
RECORRENTE : GRUPO - ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS  
                  PARTICULARES  
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

ISENÇÃO- A transferência de mercadorias importadas com isenção de tributos vinculada à qualidade do importador, pleiteada com base na Lei 8010/90, consiste em infração aduaneira punível com a exigência dos impostos, multas e encargos legais devidos.

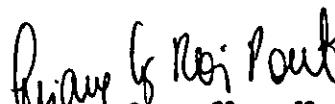
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em rejeitar o pedido de junção deste processo aos demais para apreciação conjunta, e no mérito por maioria de votos, em negar provimento ao recurso voluntário. Vencidos os conselheiros Manoel D'Assunção Ferreira Gomes e Nilton Luiz Bartoli, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 29 de janeiro de 1997

  
JOÃO HOLANDA COSTA  
Presidente

  
ANELISE DAUDT PRIETO  
Relatora

  
Luciana Cortez Roriz Pontes  
Procuradora da Fazenda Nacional

24 MAR 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: GUINÊS ALVAREZ FERNANDES e FRANCISCO RITTA BERNARDINO. Ausentes os Conselheiros LEVI DAVET ALVES e SÉRGIO SILVEIRA MELO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.474  
ACÓRDÃO N° : 303.28-558  
RECORRENTE : GRUPO - ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS  
              PARTICULARES  
RECORRIDO : DRJ/SÃO PAULO/SP  
RELATOR(A) : ANELISE DAUDT PRIETO

RELATÓRIO

Em 25/10/95, esta Câmara resolveu, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por meio da repartição de origem, conforme a Resolução n.º 303-624, cujos termos são ora lidos em sessão.

Foi expedido, pelo Delegado da Receita Federal em São Paulo/Sul, o ofício que consta das fls. 334 a 338, ao CNPq. Em resposta, conforme consta de Relatório Fiscal à fl. 361, o Coordenador de Importação do CNPq e o Auditor Fiscal do Tesouro Nacional procederam ao estudo e exame do processo, tendo sido lavrado o Termo de Diligência Conjunto - DRF SÃO PAULO SUL/CNPq (fls. 339/340).

Transcrevo, a seguir, parte do referido documento, que faz parte do processo.

“Em atendimento da diligência solicitada pelo 3.º Conselho de Contribuintes - Terceira Câmara e do que consta da Portaria Interministerial MCT/MF n.º 360, de 17/10/95, publicada no DOU de 19/10/95 e da Ficha Multifuncional n.º 96.00742-9 da DRF/São Paulo - Sul, na apreciação dos processos acima relacionados compareceu a esta DRF/SÃO PAULO-SUL, no dia 22/05/96, o Coordenador de Importação do CNPq, Sr. VICTOR DE MENEZES NEDDERMEYER, atendendo ao ofício DRF/SP-SUL/GAB N.º 142/96, com a finalidade de conjuntamente, RECEITA FEDERAL - CNPq pudessem apreciar irregularidades na transferência ou aplicação dos bens importados, objeto de recursos interpostos perante o 3.º Conselho de Contribuintes, nos processos em pauta.

Deve-se esclarecer que o CNPq anteriormente cientificado pela RECEITA FEDERAL da transferência irregular de bens importados com isenção de impostos, através da Lei 8.010/90, em desacordo com o artigo 137 do Decreto 91.030/85 (Regulamento Aduaneiro) e amparado pelo item 8.º da Instrução para Credenciamento publicada no DOU de 07/05/90, decidiu o referido

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 117.474  
ACÓRDÃO Nº : 303.28-558

Conselho pelo descredenciamento do GRUPO - ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS PARTICULARES, por ferir a legislação vigente à época e a atual Portaria Interministerial acima citada que regulamenta a Lei 8.010/90.

Considerando que os autos lavrados nos processos acima e objetos de recurso têm como suporte legal a legislação retro, só poderiam ser os bens transferidos, em observância do que determina o art. 11 do Decreto - Lei 37/66 e demais dispositivos legais pertinentes com prévia decisão da Autoridade Fiscal.

Com base na legislação que rege o assunto em pauta o CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq está de acordo com a ação fiscal, bem como do julgado em primeira instância, pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL não aceitando as alegações e premissas apresentadas em recurso pelo recorrente.

.....  
É o relatório.

prf

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 117.474  
ACÓRDÃO Nº : 303.28-558

VOTO

Remeto-me ao voto prolatado pela ilustre colega Dione Maria Andrade da Fonseca, então Conselheira, que adoto.

Após discorrer sobre as razões apontadas pela recorrente, ressalvou que, “tendo em vista a superveniência da Portaria Interministerial MCT/MF n.º 360, de 17/10/95, publicada no DOU do dia 19 do mês em curso, a qual atribui ao CNPq o poder de verificar qualquer irregularidade na utilização dos bens importados, ou contrariedade à Lei 8.010/90” votava “pela conversão do julgamento em diligência ao CNPq para que aquele órgão se pronuncie quanto à regularidade do procedimento das recorrentes”.

A resposta do CNPq foi clara. Não há como acatar as razões da recorrente.

Voto, portanto, por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1997.

*Anelise Daudt Fuchs*  
ANELISE DAUDT PRIETO - RELATORA